

OUTUBRO 2020

RADAR SOCIOAMBIENTAL

ENTREVISTA COM
ALESSANDRA CARDOSO



PLATAFORMA
SOCIOAMBIENTAL

Autoras: Beatriz Mattos, Carolina Alves,
Maria Beatriz Peixoto Mello, Priscilla Papagiannis
Plataforma Socioambiental

SOBRE A PLATAFORMA SOCIOAMBIENTAL

A Plataforma Socioambiental é um programa desenvolvido pelo Brics Policy Center (BPC), o Centro de Estudos e Pesquisas BRICS, do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio. É um espaço de aprendizagem e troca de conhecimento cujos projetos se dedicam à pesquisa e à promoção de debates e diálogos entre diferentes setores acerca de temas como mudanças climáticas, modelo de desenvolvimento e desigualdades, bancos de desenvolvimento e salvaguardas, entre outros.

RADAR SOCIOAMBIENTAL

O Radar Socioambiental é uma publicação mensal da Plataforma Socioambiental cujo foco é discutir assuntos importantes para a temática socioambiental nos âmbitos doméstico e internacional. Em sua 38ª edição, o Radar Socioambiental apresenta fragmentos da entrevista realizada com Alessandra Cardoso, especialista em orçamento público do Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC). A entrevista, que ocorreu em setembro de 2020 e foi conduzida pela Equipe da Plataforma Socioambiental, aborda questões como o que são os fundos internacionais, como eles operam no Brasil e quais os seus resultados. Foram discutidos também os interesses dos países em investir nesses fundos e os possíveis efeitos das pressões internacionais nas políticas ambientais brasileiras. Para escutar a entrevista na íntegra, é só acessar o Meio Descomplicado, o Podcast da Plataforma Socioambiental.

FUNDOS INTERNACIONAIS: O QUE SÃO E COMO FUNCIONAM?

Plataforma (Beatriz): Como funcionam os fundos internacionais ambientais?

Alessandra Cardoso: Importante começar dizendo que uma parte significativa do financiamento das políticas ambientais no Brasil se dá por meio de uma série de fundos, alguns internacionais, alguns mistos e outros financiados com próprio orçamento público. Há uma gama de fundos que compõem o financiamento da política socioambiental e ambiental no Brasil, além dos recursos que estão diretamente alocados no orçamento, que são também muito importantes. Cada fundo tem sua história, seu marco regulatório, sua data de constituição e sua forma de captação de recursos.

Eu diria que atualmente há três principais fundos que compõem o financiamento da política socioambiental no Brasil. Um dos principais deles, por conta das mudanças climáticas e do papel da Amazônia na mitigação de seus efeitos, é o Fundo Verde para o Clima. Lançado no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC, sigla em inglês), é muito conhecido como o fundo criado a partir do Acordo de Paris. Esse é um fundo multilateral, construído no âmbito da UNFCCC e dos países que aderiram à Convenção e hoje é um recurso importante não apenas porque financia ações de mitigação, ou seja, ações que visam a redução das emissões de gases do efeito estufa (GEE), como também ações de adaptação que são aquelas que visam lidar com os efeitos da mudança climática, no Brasil e em vários outros países.






Alessandra Cardoso: O Fundo Verde para o Clima é resultado de um reconhecimento multilateral acerca da necessidade de se construir um sistema de financiamento específico para reduzir as emissões de GEE e para possibilitar ações de adaptação aos inevitáveis efeitos das mudanças climáticas. Foram anos e anos para construção desse mecanismo, que é importante do ponto de vista da construção da responsabilidade multilateral em relação ao tema das mudanças climáticas e também porque esse fundo tem um papel relevante para o financiamento da política climática no Brasil, com um peso crescente no tema das florestas.


É interessante notar que, principalmente a partir de 2016, foi construído no Brasil um debate público sobre como nós poderíamos ter acesso a esse recurso. No caso da floresta, aqueles países que conseguiram efetivamente reduzir suas emissões por desmatamento e comprovaram essa redução com uma métrica acordada multilateralmente fariam jus ao benefício de buscar recursos junto a esse fundo. É o que se chama de pagamento por resultado. Assim, o país teria que mostrar que possui políticas públicas e legislações que dão conta de enfrentar o problema do desmatamento nas suas várias dimensões, passando, dessa forma, a ter a possibilidade de buscar recursos junto ao Fundo Verde para o Clima.

É um mecanismo interessante porque premia por resultado, que só pode ser alcançado pois existe uma responsabilidade compartilhada em relação ao meio ambiente. Infelizmente, o Brasil parou de gerar resultados. Nos últimos dois anos, não estamos mais reduzindo o desmatamento, e sim aumentando de forma assustadora. No entanto, em função do desmatamento evitado em anos anteriores, o Brasil faz jus à uma possibilidade de captação desses recursos.



“ *Principalmente no período entre 2014 e 2015, o país comprovou sua redução do desmatamento e, com isso, teve um projeto de 96 milhões de dólares aprovado, em reconhecimento ao resultado obtido nesses anos anteriores. Tais recursos passam a ser destinados para contribuir com as políticas de redução de emissões nacionais.* ”

Alessandra Cardoso: Principalmente no período entre 2014 e 2015, o país comprovou sua redução do desmatamento e, com isso, teve um projeto de 96 milhões de dólares aprovado, em reconhecimento ao resultado obtido nesses anos anteriores. Tais recursos passam a ser destinados para contribuir com as políticas de redução de emissões nacionais. Temos no país um guarda-chuva de políticas públicas que se chama Estratégia Nacional de REDD + , que nada mais é do que um conjunto de outras políticas que já existiam e que se mostraram eficientes, sejam ligadas à criação de áreas protegidas, à fiscalização de terras indígenas, à própria redução de emissões e ao controle das áreas privadas, principalmente a partir do Código Florestal. O grande desafio é saber se de fato esses 96 milhões de dólares que o Brasil recebeu por conta de pagamento por resultado estão sendo bem aplicados, se estão realmente fortalecendo as políticas ambientais e socioambientais brasileiras. Pelo que a gente vê e monitora, não é o que está acontecendo, infelizmente.



“ O grande desafio é saber se de fato esses 96 milhões de dólares que o Brasil recebeu por conta de pagamento por resultado estão sendo bem aplicados, se estão realmente fortalecendo as políticas ambientais e socioambientais brasileiras. Pelo que a gente vê e monitora, não é o que está acontecendo, infelizmente.”

OS INTERESSES DO NORTE GLOBAL AO DOAR PARA FUNDOS

Plataforma Socioambiental (Priscilla): Por que os países do Norte Global têm tanto interesse em atuar como doadores para esses fundos?

Alessandra Cardoso: Como eu mencionei no início, há outros fundos para além do Fundo Verde para o Clima. O próprio Banco Mundial tem um fundo ambiental, países e instituições de países, como por exemplo o banco de desenvolvimento alemão KfW, aplicam muitos recursos em projetos de meio ambiente e clima no mundo inteiro. A Noruega é também uma grande doadora de ações de combate ao desmatamento, não apenas no Brasil, mas também no resto do mundo. Isso porque existe uma leitura de que o problema das emissões, do clima, das florestas e da preservação ambiental seria um problema global, um problema que não pode ser circunscrito à uma nação ou território, mas claro respeitando a autonomia e a soberania dos Estados.

Alessandra Cardoso: Isso já estava posto no debate sobre a questão ambiental desde a Conferência de Estocolmo em 1972, depois com a Eco-92 e posteriormente com os acordos internacionais que foram consolidando uma visão de que a questão ambiental é um problema global e assim deve ser enfrentado. Não podemos esquecer que os países têm distintos níveis de desenvolvimento, que muitos desses países hoje não têm florestas nativas em função do seu processo de industrialização. Então está consolidado no debate climático internacional a ideia de que existe uma responsabilidade compartilhada, mas que os países possuem diferentes níveis de desenvolvimento e de capacidade de financiamento de suas políticas ambientais. Assim, vários atores como governos, bancos nacionais e internacionais aportam recursos para a preservação ambiental e das florestas do mundo.

Como eu mencionei, existem outros fundos além do fundo do Fundo Verde para o Clima. No Brasil, por exemplo, há o FUNBIO[1], um fundo de natureza privada e que recebe recursos de várias instituições como bancos, empresas, como por exemplo a Natura e o KFW. Fundações privadas de apoio à organizações não-governamentais (ONGs) e ao meio ambiente também aportam recursos para esse fundo.

“*Está consolidado no debate climático internacional a ideia de que existe uma responsabilidade compartilhada, mas que os países possuem diferentes níveis de desenvolvimento e de capacidade de financiamento de suas políticas ambientais. Assim, vários atores como governos, bancos nacionais e internacionais aportam recursos para a preservação ambiental e das florestas do mundo.*”

Alessandra Cardoso: Tais fundos tornaram-se meios para a consolidação de mecanismos de financiamento voltados à proteção ambiental, à consolidação de áreas protegidas ou ao desenvolvimento sustentável. Todos atuam a partir dessa noção de responsabilidade compartilhada, mas cada fundo possui a sua própria governança, suas estruturas de controle e de salvaguarda – que são mecanismos desenvolvidos para garantir que o recurso, quando aplicado no território, não resulte na destituição de comunidades, na violação de seus direitos, ou em outros impactos negativos relacionados à iniciativa de preservação ambiental.

Assim, todos os fundos têm seus mecanismos de salvaguardas para que seus recursos cheguem ao território de uma forma dialogada visando contribuir com projetos de desenvolvimento ou planos de vida – qualquer nome que se dê no âmbito daquele território – para que os recursos de fato cumpram o objetivo de preservar o meio ambiente e garantir e reconhecer direitos territoriais, não gerando impactos colaterais. Da mesma forma há o Fundo Amazônia, que recebe dinheiro da Petrobras, da KFW, da Noruega, que é um grande financiador de proteção ambiental, e principalmente da preservação de florestas da Amazônia.

“ Assim, todos os fundos têm seus mecanismos de salvaguardas para que seus recursos cheguem ao território de uma forma dialogada visando contribuir com projetos de desenvolvimento (...) para que os recursos de fato cumpram o objetivo de preservar o meio ambiente e garantir e reconhecer direitos territoriais, não gerando impactos colaterais. ”

Alessandra Cardoso: É importante reconhecer, que essa política é estratégica e fundamental para o Brasil e para o mundo. Não se pode esquecer que apesar de os aportes desses fundos não entrarem para o orçamento público, é importante que todos eles sejam transparentes. É importante que se saiba onde vem o recurso, quais são as condições de aplicação, quais são os projetos financiados, quais são os resultados alcançados por esses projetos... Isso não é tarefa fácil porque há um conjunto de fundos cada vez mais complexos.

INÍCIO DA OPERAÇÃO DOS FUNDOS E EFEITOS DOS INVESTIMENTOS NO BRASIL

Plataforma Socioambiental (Carolina): Esses Fundos são desconhecidos para a maioria das pessoas, você poderia explicar quando esses fundos começaram a operar no Brasil e, ao longo do seu tempo de operação, quais são os efeitos positivos desses investimentos no país?

Alessandra Cardoso: Como cada fundo tem sua história particular, são momentos muito diferentes. O Fundo Amazônia, que infelizmente não está em operação no momento por conta de uma decisão do governo brasileiro, fez 10 anos. O Fundo Verde para o Clima é mais recente, o Brasil fez jus ao primeiro pagamento agora entre 2019 e 2020. O FUNBIO é mais antigo, é um fundo privado e financia há mais de uma década uma série de áreas protegidas na Amazônia. Existe, por exemplo, o programa ARPA - Programa Áreas Protegidas da Amazônia - que é bastante antigo e recebe recursos há muitos anos, acho que desde 2010, de diversas fontes diferentes.



“É muito importante que esses fundos tenham transparência, no sentido de evidenciar quais são os seus financiadores, (...) as condicionalidades e salvaguardas envolvidas, bem como quais são os resultados atingidos.”

Alessandra Cardoso: Então, é muito importante que esses fundos tenham transparência, no sentido de evidenciar quais são os seus financiadores, quais são os projetos apoiados, as condicionalidades e salvaguardas envolvidas, bem como quais são os resultados atingidos. Porque de fato não existe um único lugar que nos ofereça uma visão geral sobre os fundos ambientais que operam no Brasil, que nos permita verificar o que cada fundo está fazendo, se eles não estão fazendo coisas sobrepostas, porque é importante que sejam ações complementares. Cada um tem seu site, onde são apresentados números, os projetos com o que lhe é próprio, inclusive do ponto de vista da sua constituição e da sua governança. Seria importante - e eu nunca vi nada parecido - que houvesse uma auditoria conjunta, uma avaliação externa desses fundos do ponto de vista dos seus resultados, da efetividade, embora não seja um recurso público, que tenha que primar por uma legislação de eficiência e eficácia do recurso, esses fundos precisam prestar contas.

O problema é que são fundos tão distintos que é difícil ter uma visão conjunta. No INESC, onde eu atuo, trabalhamos com análise e monitoramento das políticas socioambientais. Percebo que há bastante dificuldade de acesso a dados e informações para ter uma visão conjunta como deveria ser, porque são fundos diferentes que aportam para um mesmo fim objetivo: combater desmatamento, garantir áreas protegidas, garantir cumprimento de legislação ambiental como o Código Florestal. É de fato um desafio olhar para esses fundos por uma perspectiva mais integrada.



PRESSÃO INTERNACIONAL E AS POLÍTICAS AMBIENTAIS BRASILEIRAS

Plataforma Socioambiental (Maria Beatriz): Estamos observando, há dois anos seguidos, um aumento do desmatamento da Floresta Amazônica e agora testemunhamos essas queimadas na Amazônia no Pantanal, e também percebemos um congelamento das doações internacionais para o Brasil, durante o governo Bolsonaro. Muitos críticos consideram que o Brasil hoje não tem nem mesmo uma política ambiental. Você acha que a atual pressão internacional, nos níveis diplomático e financeiro, irá trazer frutos em termos de mudança de política ambiental? O Brasil tem perspectiva de recuperar esses recursos perdidos?

Alessandra Cardoso: Essa é uma grande questão. O Brasil tem uma política ambiental? Tem. O Brasil é reconhecido internacionalmente como um país, que do ponto de vista de seu arcabouço legislativo, é avançado em termos ambientais. Temos uma constituição que garante direitos ambientais e socioterritoriais de populações indígenas e quilombolas. Temos uma legislação, abaixo da Constituição, que garante e que consolidou o sistema nacional de unidades de conservação, o próprio Código Florestal. São políticas e leis que garantem que esses direitos socioambientais que são chancelados pela constituição sejam internalizados como leis nacionais, abaixo da constituição. Os próprios acordos internacionais também entram na legislação nacional como lei que precisa ser cumprida e, abaixo disso, temos uma série de políticas. Isso foi consolidado principalmente a partir da Constituição de 1988 e depois ao longo da década de 90, tivemos avanços importantes em termos de aumento das áreas protegidas.





Alessandra Cardoso: O problema é que a lei ambiental e as políticas ambientais estão sendo hoje explicitamente descumpridas. É por isso que existe um movimento, que eu considero importante, de judicialização. Há ações no Supremo Tribunal onde o governo sofre ação por omissão, por descumprimento de preceito constitucional em relação ao próprio Fundo Amazônia, o Fundo Clima e uma série de outras ações de descumprimento de medidas de proteção aos povos indígenas. Isso é uma grande batalha por que existe uma legislação consolidada, existem medidas infralegais, que não passam pelo legislativo e sim pelo executivo, que também construíram uma estrutura de proteção e consolidação de uma política ambiental por meio de portarias, instruções normativas, decretos e tudo isso está sendo desmontado com muita rapidez.

Recentemente a ASCEMA (Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Especialista em Meio Ambiente) lançou um dossiê com uma série de denúncias de desmonte, de medidas infralegais – as chamadas “boiadas do Salles” – que vão corroendo essa estrutura institucional e normativa ambiental. O que se vê hoje é um movimento muito forte do governo de desconstrução que fica evidenciado na famosa fala do Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, na reunião ministerial de abril.

“ O problema é que a lei ambiental e as políticas ambientais estão sendo hoje explicitamente descumpridas. É por isso que existe um movimento, que eu considero importante, de judicialização. Há ações no Supremo Tribunal onde o governo sofre ação por omissão, por descumprimento de preceito constitucional



Alessandra Cardoso: Isso se dá no nível infralegal e é o próprio ministro do meio ambiente quem conduz o desmonte via portarias, instruções normativas, decretos, que mexe na estrutura de pessoal... Isso é bastante grave.

O Brasil, de fato, está em uma situação dramática, em função da retomada muito agressiva do desmatamento, que é expressão desse desmonte. Não é só porque não há dinheiro. Há pouco dinheiro, mas o pouco que se tem está sendo represado, engessado por conta de uma estrutura administrativa que está sendo praticamente coibida. Há casos de denúncias de assédio moral para que os servidores não cumpram o seu papel de executar políticas. E há também um movimento interessante do ponto de vista nacional de denúncia e pressão para que esse processo não siga adiante. E de fato, o elemento financeiro, essa coisa de romper as doações – se o Brasil não cumprir o Acordo de Paris em última instância, se não tiver uma ação efetiva contra o desmatamento, não vamos mais aportar recursos.

“ O Brasil, de fato, está em uma situação dramática, em função da retomada muito agressiva do desmatamento, que é expressão desse desmonte. Não é só porque não há dinheiro. Há pouco dinheiro, mas o pouco que se tem está sendo represado, engessado por conta de uma estrutura administrativa que está sendo praticamente coibida. Há casos de denúncias de assédio moral para que os servidores não cumpram o seu papel de executar políticas.




Alessandra Cardoso: É sim, uma mensagem importante, não é à toa que a Defesa e o governo, nessa perspectiva mais militarizada, respondem a essa fala de uma forma agressiva para dizer que o Brasil tem autonomia e legitimidade e que não vai aceitar nenhum tipo de ingerência externa. Mas, de fato, pela forma como funciona a política ambiental e o papel importante do financiamento internacional para a manutenção dessa política, acaba sendo sim uma pressão importante e necessária para tentar estancar esse processo acelerado do que temos chamado de desmonte da política ambiental e socioambiental no Brasil.

O DISCURSO DA FALTA DE RECURSOS

Plataforma Socioambiental (Beatriz): Recentemente, o governo federal anunciou um corte de cerca de 184 bilhões de reais da política ambiental para o ano que vem. Mesmo com todos esses fundos, é recorrente o discurso sobre a falta de recursos para proteger a floresta e o meio ambiente no Brasil. Por que faltam recursos?

Alessandra Cardoso: É importante que esses fundos internacionais aportem recursos, inclusive por conta do conceito de “responsabilidades comuns, porém diferenciadas”. As responsabilidades são comuns porque estamos em um mundo único, amarrados a essa problemática e desafio gigantesco que é enfrentar a mudança climática, porém são também diferenciadas e, portanto, os países que têm mais condições devem aportar mais recursos. Dito isso, e sem desconsiderar a importância desses doadores, temos uma legislação que obriga o governo a proteger o meio ambiente e a garantir direitos territoriais. Isso significa dizer que, mesmo que não houvesse doação internacional, os governos federal e estaduais precisam aportar orçamento público para garantir que essas políticas ambientais e socioambientais sigam adiante.



“Temos uma legislação que obriga o governo a proteger o meio ambiente e a garantir direitos territoriais. Isso significa dizer que, mesmo que não houvesse doação internacional, os governos federal e estaduais precisam aportar orçamento público para garantir que essas políticas ambientais e socioambientais sigam adiante.”

Alessandra Cardoso: O que significa isso? Precisa ter recurso para FUNAI para fazer demarcação, proteger o direitos dos povos indígenas, garantir que tenham direitos no seu território de acordo com sua cultura e modo de vida. O governo também precisa garantir, por meio do ICMBio, que os limites das áreas protegidas sejam estabelecidos, que nessas áreas não existam grileiros ou atividades agrícolas que destruam aquela área e aquela biodiversidade. Não é só criar unidades de conservação, tem que criar e manter.

Para isso, precisa haver orçamento público para que o ICMBio faça toda a sua política de áreas protegidas. Tudo isso passa pela necessidade de orçamento público. Por isso que no INESC fazemos a análise do orçamento da política ambiental e socioambiental todos os anos, mostrando que, ano após ano, os recursos vêm sendo reduzidos significativamente.


Por que os recursos são tão baixos e ainda assim são cortados? Porque não há uma prioridade política. O orçamento da FUNAI é 0,02% do orçamento público federal, o orçamento para o meio ambiente, no geral, chega a R\$ 2,6 a 2,8 bilhões anualmente, isso para todos os órgãos em conjunto (IBAMA, ICMBio e todos os órgão conjuntos).

Alessandra Cardoso: Então é uma parcela muito pequena, quando olhamos ao orçamento público federal, os subsídios são dados a setores altamente poluentes como o de combustíveis fósseis que ganha na ordem de R\$ 90 bilhões de subsídios por ano.

Quando se compara as grandezas em conjunto, percebemos que esse discurso do governo brasileiro, do Ministro Salles, que são apresentados nos foros internacionais dizendo que não temos recursos para preservar o meio ambiente e a Amazônia é um discurso muito falacioso porque a alocação de orçamento público se dá com base em prioridades políticas. Não há uma prioridade política hoje no governo brasileiro de aportar recursos suficientes para enfrentar o tamanho do desafio ambiental e para executar as políticas socioambientais construídas ao longo de pelo menos 2 décadas de muita luta dos movimentos sociais e do próprio parlamento. É um movimento de desconstrução e o orçamento é uma lente importante para evidenciar que, na perspectiva do recurso público, há uma decisão política de não garantir, não dar sequência, não levar adiante políticas que foram construídas e consolidadas no Brasil.

Também é importante dizer que o orçamento público, no geral, tem sido muito prejudicado pelo teto dos gastos desde 2017. O orçamento público está congelado e em função da crise econômica vinculada à pandemia a arrecadação caiu muito. Estamos, portanto, em uma situação de crise fiscal e nesse momento seria ainda mais importante que o governo federal aportasse mais recursos para o meio ambiente e para a política socioambiental porque isso é uma forma de fazer a economia sair da depressão.






“ *Esse discurso do governo brasileiro, do ministro Salles, (...) dizendo que não temos recursos para preservar o meio ambiente e a Amazônia é um discurso muito falacioso. (...) Não há uma prioridade política hoje no governo brasileiro de aportar recursos suficientes para enfrentar o tamanho do desafio ambiental e para executar as políticas socioambientais* ”

Alessandra Cardoso: É possível crescer em outras bases, em bases mais sustentáveis e mais verdes. Por exemplo, se o governo hoje concedesse uma bolsa floresta, como existia há alguns anos, para comunidades que vivem em áreas protegidas e que desenvolvem uma relação de vida e produção com a floresta e a biodiversidade que protegem, poderia gerar mais bem-estar, mais atividade econômica em bases sustentáveis, mudar a chave do mecanismo econômico de produção e consumo por meio de um contexto de preservação ambiental amazônica.

Existem vários caminhos para sair desse imbróglio, e o pior dos caminhos é tirar orçamento público do jogo. Deve-se colocar mais recursos e não menos, como forma de enfrentar o problema ambiental, climático, social e econômico, porque essas coisas não podem ser vistos de forma separada. A análise do orçamento para 2021 é muito chocante, pois nota-se uma queda acentuada para todos os órgãos e políticas, o que anuncia a falta de compromisso do governo brasileiro com a preservação ambiental e de direitos territoriais e sociais.



“ O orçamento público está congelado e em função da crise econômica vinculada à pandemia a arrecadação caiu muito. Estamos, portanto, em uma situação de crise fiscal e nesse momento seria ainda mais importante que o governo federal aportasse mais recursos para o meio ambiente e para a política socioambiental porque isso é uma forma de fazer a economia sair da depressão. É possível crescer em outras bases, em bases mais sustentáveis e mais verdes. ”

Alessandra Cardoso: Nesse contexto, fica muito difícil fazer esse discurso internacional dizendo que precisamos de dinheiro e estamos fazendo a nossa tarefa de casa. É justo o contrário. Acho que é importante que os financiadores internacionais entendam isso e estabeleçam condições muito claras para voltar a aportar recursos no Brasil, especialmente, no ponto de vista de transparência e participação social nesse processo de construção da política ambiental.

“ Acho que é importante que os financiadores internacionais (...) estabeleçam condições muito claras para voltar a aportar recursos no Brasil, especialmente, no ponto de vista de transparência e participação social nesse processo de construção da política ambiental. ”

EXPECTATIVAS PARA O FUTURO

Alessandra Cardoso: Eu estou tentando esperar coisas boas, acreditar que tanto a pressão nacional quanto a internacional, iniciativas como esse podcast, podem trazer esse debate para um público mais amplo. Acho que a ideia de descomplicar esse debate sobre meio ambiente, Amazônia, nosso futuro comum é uma iniciativa muito interessante. Se há algo positivo a se ver nisso tudo, acho que é isso. Eu tenho visto uma série de iniciativas como podcast, a própria imprensa pautando cotidianamente sobre portarias que tiram atribuições de cargos, movimentações sobre o remanejamento dos recursos anticorrupção da Lava Jato, que poderiam estar indo para a preservação do meio ambiente, mas estão indo para operações de Garantia de Lei e da Ordem, que têm pouca transparência e acabam por sobrepor esforços e desconstruir a funcionalidade dos órgãos ambientais.

Acho que essa tomada de consciência é um movimento importante, pois a questão ambiental diz respeito a todos nós e não é nenhum governo que irá desconstruir o que foi construído, com tanta luta e à duras penas, sem pressão e sem resistência. E essa pressão já tem resultados e efeitos como a diminuição do número de bois que passam pela cerca do Salles.

“ Acho que essa tomada de consciência é um movimento importante, pois a questão ambiental diz respeito a todos nós e não é nenhum governo que irá desconstruir o que foi construído, com tanta luta e à duras penas, sem pressão e sem resistência. E essa pressão já tem resultados e efeitos como a diminuição do número de bois que passam pela cerca do Salles. ”

NOTAS:

[1] O Fundo Brasileiro para a Biodiversidade iniciou suas atividades em 1996, e desde então já apoiou 306 projetos que beneficiaram 255 instituições em todo o país.

AGRADECIMENTOS

Gostaríamos de agradecer à Alessandra Cardoso por aceitar o nosso convite para a entrevista, por ceder seu tempo e seu saber conosco.

Agradecemos também ao Instituto Clima e Sociedade (ICS) pelo apoio concedido para a realização do Podcast e das publicações.

Por fim, demonstramos nosso agradecimento ao Thiago Correa do Estopim Podcasts pela assistência prestada ao Meio Descomplicado, o Podcast da Plataforma Socioambiental.



BRICS
Policy Center
Centro de Estudos
e Pesquisas BRICS

